

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**
Período de Análise: 01 a 29 de Fevereiro de 2008
Área Temática: PAA - SAN

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Tarifas e alimentos, as pressões sobre a inflação - Ronaldo D'Ercole, Martha Beck e Eliane Oliveira e Liana Melo – O Globo – Economia – 02/02/2008	4
Mais de R\$ 27 milhões serão disponibilizados para Restaurantes Populares – Sítio Eletrônico do MDS – 07/02/2008.....	5
Alimentos reduzem pressão sobre inflação – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/02/2008.....	6
Alimentos sobem mais em emergentes - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Brasil - 12/02/2008.....	7
Custo da cesta básica aumenta em 15 capitais em janeiro – Valor Econômico – Brasil - 12/02/2008.....	9
Alívio nos preços de alimentos desacelera os índices de inflação - Adriana Chiarini, Francisco Carlos de Assis e Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/02/2008.....	10
Mudanças climáticas podem agravar fome no mundo – Vinicius Mansur – Sítio Eletrônico do MST – 13/02/2008	11
Renda e custo de alimentação – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/02/2008.....	12
Preços de commodities podem segurar inflação de alimentos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/02/2008.....	13
Alimentos pesam menos na inflação de janeiro – Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 14/02/2008.....	13
Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local terão mais recursos em 2008 – Sítio Eletrônico do MDS – 15/02/2008	14
Segunda Quinzena	
Recessão americana e preços agrícolas – Roberto Rodrigues - Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/02/2008.....	15
Territórios da Cidadania reforça produção de cesta básica em RO – Sítio Eletrônico do MDA – 20/02/2008.....	16
Inflação de alimentos foi causada por choque de demanda, diz estudo - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Brasil - 22/02/2008.....	17

Alimentação saudável se aprende na escola – Ediane Merola – O Globo – Rio – 24/02/2008.....	18
Consea discute prioridades para 2008 e instala comissão dos presidentes estaduais – Sítio Eletrônico do MDS – 25/02/2008	20
A oportunidade escondida - José Graziano – Valor Econômico – Opinião - 25/02/2008.	20
Consea discute prioridades para 2008 e orçamento federal - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetragsul - 26 de fevereiro de 2008.....	22
Biocombustíveis não alimentarão os famintos – Sítio Eletrônico do MST – 26/02/2008	23
Via Campesina realiza seminário sobre Alimento e Poder – Sítio eletrônico da CPT – 28/02/2008.....	24
Seminário sobre segurança alimentar em Brasília – Sítio Eletrônico do MDA – 28/02/2008.....	24
Soberania na produção de alimentos é riqueza das mulheres camponesas – Sítio Eletrônico do MST – 28/02/2008.....	25
Aquecimento afeta oferta de comida – Steve Connor – O Globo – Ciência – 29/02/2008	27

Tarifas e alimentos, as pressões sobre a inflação - Ronaldo D'Ercole, Martha Beck e Eliane Oliveira e Liana Melo – O Globo – Economia – 02/02/2008

Serviços públicos devem subir mais de 4% no ano, um peso extra no bolso do brasileiro após alta de 10% na comida

SÃO PAULO, BRASÍLIA e RIO. O Banco Central (BC) indicou que está disposto a elevar as taxas de juros para manter a estabilidade de preços no país. Mas, afinal, o que assusta o Banco Central? Ele não diz claramente, mas alguns produtos e preços administrados podem registrar forte pressão este ano. Os alimentos, por exemplo, já vêm assustando desde o ano passado. No IPC da Fundação Getulio Vargas, os preços dos alimentos tinham recuado 0,51%. Em 2007, a alta foi de 10,65%, bem acima dos 4,6% da inflação. E a pressão deve continuar.

Mas não é só. Os analistas que acompanham índices de preços garantem que as tarifas de serviços, como energia elétrica, telefonia, transportes públicos, e combustíveis, devem provocar estragos no orçamento dos brasileiros em 2008.

A previsão é que, em 2008, essas tarifas tenham um aumento bem maior do que em 2007, quando apresentaram elevação média de 1,65%. Na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada esta semana, o BC reduziu sua projeção de alta média do preços monitorados, de 4,5% para 4,2%. Muito alto ainda, na visão da maioria dos analistas, que apostam numa elevação abaixo de 4%.

— Eles estão esperando alta de preços muito acima do mercado, sem considerar ajuste nos combustíveis — afirma o economista Luiz Fernando Azevedo, da Rosenberg Associados.

IGP-M afetará preços de energia e telefonia Entre os nove segmentos que compõem o grupo de administrados, a projeção do BC para a energia elétrica — uma alta de 3,5% — foi a que mais surpreendeu.

Em 2007, a energia elétrica residencial teve queda média de 6,16%, puxada pela revisão de tarifas em São Paulo, que tem maior peso no IPCA.

Por isso e por causa do IGP-M, que subiu 7,75%, Azevedo não espera contribuição tão favorável desse segmento e projeta alta média de 3,8% para o conjunto de administrados no ano.

Sérgio Vale, economista da MB Associados, vê exagero na projeção do BC para o preço médio do grupo administrados — para o qual projeta alta média de 3,5% — e para a energia elétrica: — No ano passado, o BC começou com projeção muito alta para os preços monitorados e depois foi cedendo. Por isso, não vejo com preocupação os 4,2% da ata — disse Vale.

Economista da Tendências Consultoria, Jean Barbosa tem avaliação diferente e projeta alta de 4,4% para o grupo monitorado.

Além de pressionar as tarifas de eletricidade e telefonia, em que tem peso diluído, o IGP-M alto afetará os reajustes de pedágios de SP e Rio, que integram o cálculo do IPCA.

Outra nova fonte de pressão, observou Barbosa, são as multas de trânsito, que este ano entrarão na composição do IPCA e que, pelo pacote do governo contra a violência no trânsito, devem subir 60%.

Ao contrário do claro receio demonstrado pelo BC quanto à inflação, o Ministério da Fazenda está mais tranquilo. O comportamento do setor de serviços — os chamados preços livres — provoca atenção, mas não alarma tanto a Fazenda quanto o BC. Os preços

administrados não preocupam no momento. No caso da gasolina, explicou, tudo dependerá do comportamento do petróleo no mercado internacional e do câmbio, que não registra grandes variações. O ministério também não acredita que os preços dos alimentos repetirão este ano o desempenho de 2007.

— Vamos ver uma desaceleração dos preços de alimentos em 2008. Isso já aconteceria normalmente durante o período de safra. Além disso, as commodities devem manter um comportamento estável — disse o secretário de Acompanhamento Econômico da pasta, Nelson Barbosa.

Preços de alimentos preocupam o mundo todo. Em todo o mundo, os preços dos alimentos são uma preocupação desde o ano passado, mas foram os países pobres que pagaram a maior parte dessa conta, desembolsando US\$ 107 bilhões com importações de alimentos em 2007 — um volume 25% superior ao gasto em 2006.

Dos 37 países mais afetados, 20 deles são africanos.

A agroinflação pressionou os índices de inflação de Brasil, China, Estados Unidos e da área do euro. Não é para menos. O preço de algumas commodities agrícolas, como soja, milho e trigo, chegou a subir 50%, em média. O exemplo mais próximo do consumidor brasileiro foi o feijão carioca, que registrou alta de 144,42%, em 2007.

Na China, os alimentos subiram 18,2%, contra inflação de 6,9% — a maior em 11 anos

Mais de R\$ 27 milhões serão disponibilizados para Restaurantes Populares – Sítio Eletrônico do MDS – 07/02/2008

Municípios brasileiros com população superior a 100 mil habitantes podem concorrer à seleção pública do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) destinada à implantação ou modernização de Restaurantes Populares. Edital relacionado ao assunto foi publicado no dia 31 de janeiro, no Diário Oficial da União. Para vê-lo, [clique aqui](#).

Os Restaurantes Populares são unidades públicas de alimentação e nutrição destinadas ao preparo e a comercialização de refeições saudáveis, oferecidas a preços acessíveis à população, localizadas em municípios com mais de 100 mil habitantes. Os beneficiários são principalmente trabalhadores em fluxo nos centros urbanos que almoçam fora do domicílio e população em situação de vulnerabilidade social.

O governo federal, por meio do MDS, apóia a construção, reforma e adaptação de instalações prediais, além da aquisição de equipamentos permanentes, móveis e utensílios novos. As Prefeituras ou governos estaduais investem em contrapartidas e são responsáveis pelo gerenciamento da unidade. Para 2008, estão liberados recursos do governo federal de até R\$ 27,7 milhões, mas cada município poderá ser contemplado com, no máximo, R\$ 500 mil para modernização da unidade e R\$ 1,4 milhões para implantação.

Para se habilitar a concorrer à seleção de propostas para Restaurantes Populares, Estados e municípios devem enviar documentação completa, descrita no edital. Entre os itens exigidos estão a documentação do imóvel onde será instalada a unidade; ata de aprovação de Conselho Estadual/Municipal; proposta técnico-social, com apresentação das

potencialidades locais e o público beneficiário; além dos resultados a serem alcançados com a implantação do programa. A documentação deve ser enviada para a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) até o dia **11 de março**. A divulgação do resultado da seleção está prevista para ser publicada no Diário Oficial da União no dia 7 de abril.

Serão considerados, entre outros, os seguintes critérios de pontuação: estimativa do número de famílias em situação de insegurança alimentar, percentual de atendimento do Programa Bolsa Família, além de outras iniciativas para criação do sistema de segurança alimentar. Os programas financiados serão acompanhados e monitorados pelo Ministério em todos os estágios, como elaboração, contratação e implantação, bem como operação e gestão.

[Clique aqui](#) para acessar o texto completo do edital e demais informações.

Alimentos reduzem pressão sobre inflação – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/02/2008

Deflação na carne ajuda IPC a cair de 0,82% para 0,52% em janeiro; educação e alimentos "in natura" pesam mais

DA FOLHA ONLINE COLABORAÇÃO PARA A FOLHA - O aumento de preço dos alimentos, principalmente os "in natura" afetados pela alternância de sol forte e chuva, como o tomate, e o reajuste das mensalidades escolares no início do ano letivo foram os principais responsáveis pela inflação de janeiro, segundo o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

O índice geral fechou o mês em 0,52%, contra 0,82% em dezembro. O grupo Educação teve variação de 4,39% em janeiro, e Alimentação, 1,04%. O tomate foi o item que mais pressionou a inflação de janeiro, com aumento de 36,5%. O feijão, um dos principais destaques do choque no preço dos alimentos no fim de 2007, subiu 7,19%. Apesar da persistência do aumento, Márcio Nakane, coordenador do IPC, diz que o avanço no preço do produto diminuiu muito e que a inflação do item deve cair mais. Nakane estima que o índice geral feche fevereiro em torno de 0,3%. A explicação para a desaceleração é que itens sazonais, como as mensalidades escolares, não devem aparecer com o mesmo destaque na inflação. A variação menor dos preços dos alimentos também deve se manter em fevereiro. A previsão é de inflação de 0,39% no grupo, ante 1,04% no mês passado.

"Alimentação foi a maior surpresa, com uma taxa abaixo do esperado. Carne bovina ajudou bastante, com deflação de 0,65%. A segunda fonte de surpresa veio de produtos "in natura", que são muito sensíveis à chuva e estávamos mais pessimistas", disse o coordenador.

Segundo Nakane, a deflação em carnes bovinas em janeiro ainda não teve o efeito do embargo da União Européia para o produto. Para ele, o impacto poderá ser percebido em fevereiro, caso haja alguma variação de preços no atacado.

Transportes - Já o grupo de Transportes deve registrar, segundo as estimativas da Fipe, maior alta neste mês, de 0,86% (em janeiro foi de 0,29%). Segundo Nakane, a projeção conta com o aumento do preço dos bilhetes do metrô de São Paulo e com o impacto causado pelo IPVA. O IPC para Habitação também deve ser maior em fevereiro, a 0,19%, ante deflação de 0,01% em janeiro. "O repasse de energia elétrica, por conta de PIS, Cofins e Pasep, e o pagamento do IPTU devem pressionar o grupo", diz Nakane.

Para Despesas Pessoais, a Fipe prevê desaceleração em fevereiro para 0,1%, ante 0,8% de janeiro, com a menor pressão sobre o índice das viagens de férias. Em Vestuário, os preços devem cair 0,82%, ante queda de 0,85% em janeiro.

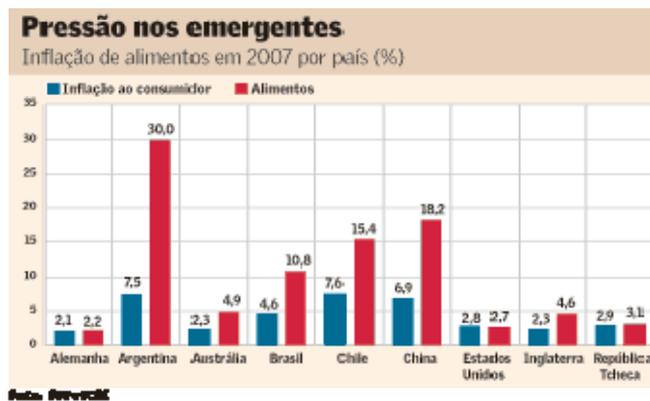
Em janeiro, entre os produtos que registraram maiores reduções de preços, e com impacto na composição do IPC, estão energia elétrica (-1,24%), batata (-8,03%), alface (-10%), calça de mulher (-3,9%) e condomínio (-0,46%). **(DEISE DE OLIVEIRA E VERENA FORNETTI)**

Alimentos sobem mais em emergentes - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Brasil - 12/02/2008

A valorização nos preços internacionais de commodities agrícolas e alimentos e a demanda internacional aquecida permitiram ao Brasil encerrar 2007 com exportações recordes de soja, milho e carnes. O país também comemorou recorde na receita com exportações agrícolas (que cresceram 18,2%, para US\$ 58,416 bilhões) e no saldo da balança (elevado em 16,3%, para US\$ 49,696 bilhões). Mas esse cenário também produziu um efeito colateral: a valorização nos preços dos alimentos no mercado interno, o que em 2007 respondeu por metade da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A cesta de alimentos variou 10,8% no país e o IPC, 4,6%. Na Argentina, os alimentos subiram 30% e a inflação no varejo é estimada pelo governo em 7,5%. No Chile, as variações ficaram em 15,4% e 7,6%, respectivamente, de acordo com estudo feito pela FGV. Levantamento divulgado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta a mesma tendência para outros países emergentes, como China, México, Rússia e Índia.

Para especialistas ouvidos pelo Valor, além de problemas internos específicos, os países emergentes apresentaram mais dificuldades para administrar a pressão inflacionária internacional e, neste ano, ainda verão nos alimentos um risco às suas metas de inflação.



Adbolreza Abbasian, secretário do grupo de negociação de grãos da FAO - braço da ONU para agricultura e alimentação - observa que o mercado global ainda apresenta uma relação entre oferta e demanda de alimentos bastante apertada. E, embora os estoques de alguns grãos tenham apresentado melhora, a expansão do consumo na Ásia e a dificuldade dos países em elevar a sua produção no mesmo ritmo estimularão novas valorizações nos preços dos alimentos pelo menos nos próximos dois anos.

"Não é possível dizer quanto os preços vão variar nesse período, essa é a pergunta de US\$ 1 milhão. Mas certamente os preços vão se manter fortes, acima da média histórica, por mais duas ou três safras", afirma Abbasian. Ele também cita como fator de sustentação aos preços a demanda por milho para a produção de etanol nos Estados Unidos e por soja, canola e palma para a produção de biodiesel nos EUA, na Europa e no continente asiático.

Para Abbasian, a suscetibilidade dos mercados emergentes às pressões inflacionárias globais não se resume aos alimentos. De acordo com o economista, a alta nos preços de energia - principal fator de pressão inflacionária no mercado mundial em 2007 - mostrou-se mais forte nos países em desenvolvimento, sobretudo em países dependentes de sua importação. "Derivados do petróleo, como diesel e fertilizantes, têm peso significativo nos custos da produção agrícola. Em países como Índia e China, a alta do petróleo provocou aumento substantivo nos custos de produção", afirma. O Brasil, segundo Abbasian, conseguiu dirimir parte desse efeito por ter um certo controle nos preços do petróleo e por ter uma agricultura comercial melhor estruturada.

Já a Argentina - que também possui agricultura altamente tecnificada - a alta nos preços de alimentos de 30% é explicada em parte pela quebra na safra de trigo e à menor produção bovina, que levaram o país a paralisar as exportações desses itens durante alguns meses para conter o surto inflacionário. "A Argentina tem mais dificuldades para expandir a produção agropecuária por falta de área disponível, diferente do caso brasileiro", diz o economista. Cenário semelhante foi notado na Rússia, também um grande exportador de commodities agrícolas, sobretudo para países da Europa. No caso brasileiro, volta a observar, a inflação mais alta foi reflexo de um problema de oferta - em trigo, carne bovina e leite - mas que tende a se normalizar neste ano.

Salomão Quadros, coordenador de análises econômicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também aponta dois fatores que diferenciam a inflação nos países emergentes da observada nos países desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento, os gastos com alimentos têm peso maior do que nos países mais ricos, o que explica a influência maior na formação dos índices de inflação. Além disso, quanto maior a

dependência do mercado externo (seja para importar ou exportar), maior a possibilidade de repasse de preços ao mercado interno. "O aumento nos preços do milho superior a 100%, como ocorreu em 2007, não gera necessariamente alta nos preços do frango americano; já no Brasil essa relação foi mais diretas."

André Nassar, diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), aponta como outro fator de pressão nos países emergentes o aquecimento da demanda, que nem sempre acompanha de crescimento da produção. "Países como China e Índia têm dificuldades para expandir a produção e falta infraestrutura para melhorar a produtividade e reduzir custos. É um quadro difícil de se reverter no curto prazo", afirma.

O quadro internacional de oferta e demanda de alimentos ainda aponta tendência de alta. Somado a isso, observa Michael McDougall, vice-presidente sênior da Newedge, corretora de commodities do grupo Société Générale com sede em Nova York, agentes de mercado esperam a entrada de cerca de US\$ 30 bilhões de fundos em commodities agrícolas e de energia, dado a rentabilidade média no ano passado de 30%. "Este mercado continua atraente para investidores e ajuda a manter os preços em níveis acima da m  dia histórica", diz.

Um fator que pode empurrar os preços abaixo dos níveis históricos seria a redu  o da demanda por energia devido à recessão americana - o país responde por 25% do consumo mundial de gasolina. "O quadro de recessão já está formado, resta saber como esses elementos vão se comportar daqui para frente", diz McDougall. Conforme o analista, o aumento da oferta de petróleo e carvão com a entrada em opera  o de investimentos feitos em anos anteriores deve contribuir para uma melhora nos preços da cesta de energia já neste ano.

Custo da cesta básica aumenta em 15 capitais em janeiro – Valor Econômico – Brasil - 12/02/2008

O custo dos g  neros alimentícios de primeira necessidade registrou, em janeiro, alta em 15 das 16 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioecon  micos (Dieese). A alta chegou a 9,01%, em Salvador.

Altas expressivas também foram registradas em Brasília (8,26%), Recife (7,39%), São Paulo (6,74%) e Rio de Janeiro (6,05%). Somente em Aracaju houve queda (-1,45%). Em valores absolutos, o maior custo para os produtos básicos foi verificado em São Paulo (R\$ 229,09). O menor preço foi apurado em João Pessoa (R\$ 159,80). No acumulado em 12 meses, a eleva  o verificada no preço da cesta básica foi superior a 20% em nove capitais.

Em janeiro, o aumento dos preços dos alimentos essenciais continuou pressionando a cesta básica. Feijão e   leo de soja, com eleva  es em todas as 16 capitais, tomate (aumento em 15) e banana, em 13, foram os itens que mais subiram. Entre os produtos que apresentaram redu  o de preços na maior parte das localidades, o principal destaque foi a carne bovina, que ficou mais barata em 11 capitais.

Alívio nos preços de alimentos desacelera os índices de inflação - Adriana Chiarini, Francisco Carlos de Assis e Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/02/2008

Na primeira prévia do mês, IGP-M recuou de 0,67% para 0,42%, enquanto IPC-Fipe caiu de 0,52% para 0,30%

Em meio à desaceleração dos preços dos alimentos, a inflação começa a voltar à normalidade, depois de ter dado um salto no fim de 2007. Dois índices divulgados ontem mostram retração na alta do custo de vida neste início de mês.

▪ [Entenda os principais](#) índices de inflação

O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), apurado pela FGV, teve variação de 0,42% na primeira parcial de fevereiro, ante 0,67% em igual período do mês passado (o índice mede a variação dos preços no período indicado sobre o mesmo período do mês anterior). O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), fechou a primeira quadrissemana de fevereiro (período que vai da segunda semana do mês anterior até a primeira semana do mês) com 0,30%, bem abaixo do 0,52% de janeiro. Em ambos os casos, a menor pressão dos preços dos alimentos foi a principal responsável pelo recuo das taxas.

No IPC-Fipe, o grupo Alimentação teve alta de 0,28% na primeira quadrissemana do mês, taxa que mostra desaceleração de 0,76 ponto percentual em relação ao fechamento de janeiro (1,04%). É a mais baixa desde a primeira quadrissemana de novembro, quando o preço dos alimentos tinha subido 0,20% na cidade de São Paulo.

O alívio dos preços dos alimentos não deve parar por aí. Para o coordenador do IPC-Fipe, Marcio Nakane, o índice deve cair para 0,25% até o fim do mês, puxado pela redução no ritmo de alta dos alimentos. “A alimentação deverá mais que compensar a alta prevista nas despesas com habitação”, diz Nakane. “A trajetória da inflação continua sendo de desaceleração.”

Entre os componentes do IGP-M, o Índice de Preços por Atacado (IPA) teve alta de 0,50%, abaixo do 0,76% na primeira prévia de janeiro. Na mesma comparação, o IPA Agrícola, que também abrange o setor de pecuária, caiu de 1,90% para 0,32%, refletindo principalmente a baixa nos preços do milho em grão, aves, tomate e ovos.

A inflação no varejo, segundo o IGP-M, também desacelerou, principalmente por causa do comportamento dos preços dos alimentos, que apresentaram deflação de 0,03%, ante alta de 0,88% no início de janeiro. Com isso, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que responde por 30% do IGP-M, caiu de 0,47% para 0,16%. Entre os alimentos, as principais contribuições para redução da taxa vieram das carnes bovinas (de 1,25% para -1,11%), arroz e feijão (8,98% para 3,20%) e hortaliças e legumes (-1% para -3,11%).

Também teve queda de preços o grupo Vestuário, de 0,37%, refletindo as liquidações no varejo. “No geral, a inflação dá sinais de ceder”, afirmou Salomão Quadros, coordenador de análises econômicas do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV. “O BC avisou que, se for preciso, sobe os juros, mas isso não será preciso.”

Outro indicador divulgado ontem também subiu menos. O Índice do Custo de Vida (ICV), apurado pelo Dieese na capital paulista, variou 0,88% em janeiro, ante 1,09% no mês anterior.

Mudanças climáticas podem agravar fome no mundo – Vinicius Mansur – Sítio Eletrônico do MST – 13/02/2008

A agricultura e o sistema de alimentação serão afetados pelas mudanças climáticas nas próximas duas décadas e os países mais pobres devem sofrer as consequências mais graves. Isto é o que aponta o pesquisador do Instituto Woods para o Meio Ambiente, da Universidade de Stanford, David Lobell.

De acordo com o estudo feito por Lobell, nos Estados Unidos, “o aumento das temperaturas e o declínio das precipitações nas regiões semi-áridas vão reduzir os rendimentos no cultivo do milho, trigo, arroz e outras culturas”. Se isso acontecer, a segurança alimentar global está seriamente ameaçada.

As variações climáticas somadas aos eventos naturais, como o El Niño, devem reduzir a produção das fazendas nas Américas, África e Ásia. Com isto, a renda dos produtores também diminui. E, como estas comunidades já estão sofrendo com o aumento dos preços dos alimentos desde 1990, “a fome em larga escala pode acontecer mesmo se houver comida nos mercados, importada de outros lugares”, aponta o estudo.

Estudiosos já identificam este problema na Tanzânia. Devido ao aumento do consumo do milho para a produção de etanol e para criação de suínos nos Estados Unidos, o preço do grão aumentou. Assim, o acesso à comida para os pobres foi reduzido.

Renda e custo de alimentação – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/02/2008

No ano passado, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, aumentou 4,6%, mas os alimentos aumentaram muito mais (10,8%). Neste início do ano, há uma desaceleração do custo da alimentação, que ainda é bastante elevado. No Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado ontem, com alta de 0,54% em janeiro, os preços dos alimentos subiram 1,52%, contra 2,06% em dezembro.

É interessante notar que no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede os gastos de famílias de renda menor do que as incluídas no IPCA, houve um aumento do índice geral de 0,69% e de 1,61% para alimentação. Para o mesmo mês de janeiro, a cesta básica apresentou elevação de 2,43%. São evidências de que as famílias de menor renda são as que sentem mais a alta do custo da alimentação.

Nos países ricos, a alta do custo da alimentação, embora seja maior do que a do índice geral dos preços, é inferior à dos países emergentes. Na Inglaterra, o índice geral ficou, no ano passado, em 2,3% e o custo de alimentação, em 4,6%; na Alemanha, os valores foram respectivamente de 2,1% e 2,2%; na Austrália, de 2,3% e 4,9%. A exceção foi os EUA, com valores respectivos de 2,8% e 2,7%, em razão do peso do petróleo na economia do país.

No caso dos países emergentes, a diferença é muito mais pronunciada: na Argentina, para uma inflação (“oficial”) de 7,5%, o custo da alimentação aumentou 30%; na China, os resultados respectivos foram de 6,9% e 18,2%; e no Chile, de 7,6% e 15,4%.

Esses dados poderiam estar mostrando que os países emergentes, muitos deles exportadores de produtos alimentícios, sacrificaram sua população com o fito de obter divisas ou, como no caso do Brasil, preferiram plantar cana-de-açúcar para produzir etanol.

A realidade é bem outra. Em primeiro lugar, temos de considerar que a alta dos preços de alimentos tem origem na demanda nova de países como a China ou a Índia, que, em função do seu crescimento excepcional, ensejam à parte mais pobre da sua população acesso a uma alimentação melhor. Teremos aumento crescente do consumo de alimentos nos próximos anos.

Por outro lado, é preciso levar em conta que o peso dos preços da alimentação nos orçamentos domésticos de países emergentes é muito maior do que nos países ricos. Finalmente, é a queda da produção de alguns alimentos (feijão no Brasil, trigo na Argentina) a responsável pela alta de preços, e não a produção de etanol.

Preços de commodities podem segurar inflação de alimentos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/02/2008

DA SUCURSAL DO RIO - A julgar pela persistente alta das commodities, ainda é cedo para acreditar em redução dos preços dos alimentos, avalia a coordenadora de Índice de Preços do IBGE, Eulina Nunes dos Santos. "A redução [em janeiro] aconteceu, mas não foi tão grande. Houve algumas pressões fortes. É cedo para concluir o comportamento dos alimentos no ano, já que as commodities continuam em alta."

O cenário, diz, fez o governo "tomar providencias", como a redução das alíquotas de importação do trigo. Segundo ela, a alta pressionou os preços do pão francês (alta de 1,20% em janeiro), farinha de trigo (1,71%) e macarrão (2,36%).

Nem a safra recorde deste ano -estimada em 236,5 milhões de toneladas- deve assegurar a queda dos preços. É que, diz, só arroz, soja e milho representam 90% da colheita e seus preços estão em alta no mercado internacional.

Segundo Jean Barbosa, da Tendências, os preços dos alimentos devem ceder somente no segundo semestre. Para Carlos Thadeu de Freitas Filho, da SLW Asset Management, os produtores de feijão, carnes e leite já sentem queda do consumo e não devem fazer novos aumentos. A LCA diz que "o grupo alimentação [no IPCA] deve continuar em moderada desaceleração."

Alimentos pesam menos na inflação de janeiro – Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 14/02/2008

IPCA variou 0,54%, abaixo do índice de dezembro.

Em 12 meses, taxa registra alta de 4,56%, acima da meta do BC

Os alimentos, para surpresa dos analistas, pressionaram menos a inflação em janeiro. O que levou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado ontem pelo IBGE, a variar 0,54% no mês — abaixo do 0,74% de dezembro e das expectativas do mercado (0,60%). Em 12 meses, a taxa acumula alta de 4,56%, ligeiramente acima da meta de inflação fixada pelo governo para este ano, de 4,5%. É a primeira vez que isso acontece desde abril de 2006. Para especialistas, o índice tende a cair ao longo de 2008.

Os alimentos ficaram 1,52% mais caros em janeiro. Uma variação menor do que a registrada no mês anterior, de 2,06%.

O preço do feijão, por exemplo, subiu 14,02% em janeiro. Uma taxa alta, porém, menor que a de dezembro, de 32%. As carnes, por sua vez, variaram 0,29%, depois de terem subido 8,2%.

Também ficaram mais caros tomate (de -4,13% para 35,12%), cebola (de 6,67% para 22,21%) e ovos (de 1,85% para 5,56%).

Feijão deve continuar subindo em fevereiro

Irene Machado, gerente de pesquisa do IBGE, lembra que houve reduções de preço: batata inglesa (-10%), cenoura (4,66%), leite pasteurizado (1,28%) e hortaliças (-0,88%).

Também caíram as tarifas de energia elétrica (-0,53%) e vestuário (-0,08%).

— Além disso, os combustíveis compensaram os aumentos em transporte urbano — acrescentou ela.

Segundo a economista, alguns alimentos podem continuar a pressionar a inflação em fevereiro. Entre eles, o feijão.

— Houve queda de produção devido à estiagem no início do segundo semestre do ano passado. E também redução da área plantada, diminuindo o volume a ser produzido.

Por outro lado, as carnes podem apresentar retração graças ao embargo — disse Irene, ressaltando que o aumento das mensalidades também deve pesar no cálculo da inflação de fevereiro. Segundo Elson Teles, economista da Concórdia, os preços dos alimentos tendem a desacelerar. Mas o índice de fevereiro deve refletir os reajustes das mensalidades escolares, que podem representar 0,25 ponto percentual da inflação: — Ainda assim, a inflação pode fechar em 0,45%, 0,50% no mês que vem.

Na avaliação de Maria Andréa Parente, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o fato de a taxa acumulada em 12 meses ter ficado pouco acima da meta do governo não é preocupante.

Para ela, o IPCA deve apresentar números menores ao longo deste ano.

Segundo Teles, o quadro inflacionário não permite, no entanto, que o Banco Central (BC) volte a reduzir a taxa básica de juros, hoje em 11,25% ao ano. O último corte da Selic ocorreu em setembro: — Ainda existe, é bom lembrar, uma situação de demanda aquecida, o que favorece a inflação. E o BC deve olhar para isso também.

Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local terão mais recursos em 2008 – Sítio Eletrônico do MDS – 15/02/2008

Pelo terceiro ano consecutivo, O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lança edital que disponibilizará recursos financeiros para os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads). O edital será publicado no Diário Oficial da União nos próximos dias.

O anúncio foi feito pelo Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, durante participação no Encontro Regional do Consad - Entorno Brasília. Esta iniciativa já funciona em 40 territórios no País. São 579 municípios, com mais 10 milhões de pessoas beneficiadas.

Durante o encontro, que, além de dirigentes do MDS, contou com as presenças de prefeitos e gestores municipais, foram discutidas ações para a melhoria contínua na implementação dos Consads. As principais metas são a promoção e o desenvolvimento de projetos de qualificação de mão de obra, de capacitação de gestores e de programas geração de emprego e renda.

Ruano destacou a importância dos Consads para maximizar os recursos financeiros em benefício de toda a região abrangida pelos Consórcios e do importante passo dado com a implementação do Sisan (Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional), em setembro de 2006.

Os produtores aumentarão as áreas de plantio e, em poucos anos, o equilíbrio entre oferta e procura será restabelecido

OS PREÇOS agrícolas estão bem mais altos em 2008 do que na média dos últimos anos (2004/2006), quando a crise brasileira no setor rural foi enorme. Alguns economistas afirmam que atingimos um novo patamar de preços das principais commodities agrícolas, e há até noticiário na imprensa mundial dizendo que "acabou a comida barata". Não é primeira vez que se especula dessa maneira sobre a variação dos preços.

Há um desequilíbrio entre a oferta e a demanda de alimentos provocado por vários fatores: por um lado, houve um espetacular crescimento da demanda, determinado pelo aumento de renda dos consumidores dos países em desenvolvimento; e, por outro, a oferta caiu, seja porque houve seca em várias regiões do planeta, desde a Austrália até a América do Sul, passando pela Europa, seja porque boa parte da safra americana de milho foi desviada para a produção de álcool. O resultado disso é que os estoques mundiais despencaram e os preços subiram.

Em 1999/2000, os estoques de milho eram de 192,9 milhões de toneladas e no ano passado caíram para 101 milhões; os de trigo, de 208,9 milhões de toneladas para 124,2 milhões, e os de arroz, de 145,1 milhões de toneladas para 75,6 milhões. Mas não dá para afirmar que temos um novo patamar de preços.

Bem remunerados, os produtores aumentarão as áreas de plantio e, em poucos anos, o equilíbrio entre oferta e procura será restabelecido, de modo que os preços deverão retornar os seus níveis naturais. No máximo cairão menos.

O Brasil tem um papel determinante nesse rebalçamento de produção x consumo, pela grande capacidade de expansão da sua fronteira agrícola. Dados recentes do Ministério da Agricultura informam que, nos próximos dez anos, em nosso país a produção de soja poderá crescer 30,9%, a de milho, 25,6%, a de açúcar, 40,7%, a de arroz, 16,5%, a de carne bovina, 31,5%, e a de carne de frango, 46,8%. E isso permitiria ao país exportar muito mais, gerando empregos, renda e riqueza para os brasileiros.

No entanto, tudo isso depende de uma lição de casa ainda por terminar (logística, tecnologia, política de renda etc.) e de três novos problemas.

O primeiro, bem imediato, é o aumento de custos de produção, basicamente de fertilizantes, que nos últimos 12 meses subiram 109% (média das variações de preço dos quatro principais fertilizantes); o segundo é a crise americana: se ela se transformar em recessão e for profunda e extensa, acabará mudando esse cenário.

Isso porque terá um efeito dominó sobre países da Europa e da Ásia, que, além dos americanos, terão que apertar os cintos. Isso alteraria a relação oferta x demanda, com retração dessa última. E, contrariando a tese do "novo patamar", os alimentos teriam queda de preços.

Não obstante os fundamentos da economia brasileira estarem firmes, tal fato poderia determinar uma perda de renda para nossos agricultores. Mas, para 2008, isso não deve ser muito grave, porque boa parte da safra já foi negociada. Se, todavia, persistir a recessão e com os custos de produção aumentando, pode piorar muito o quadro para 2009, com novo descasamento da renda rural.

E o terceiro tem a ver com o embargo europeu à carne brasileira. Uma demora na solução dessa questão terá efeitos negativos sobre toda a cadeia produtiva, inclusive nos preços dos grãos usados como alimento para o gado.

ROBERTO RODRIGUES, 65, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura. Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

Territórios da Cidadania reforça produção de cesta básica em RO – Sítio Eletrônico do MDA – 20/02/2008

Selecionado pelo Governo Federal para participar do Programa Territórios da Cidadania, que será lançado no próximo dia 25 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Território Central, em Rondônia, abrange 13 municípios e é o principal produtor das culturas temporárias que constituem a cesta básica no estado, como o arroz, feijão, milho e mandioca.

“São grandes as expectativas nos municípios. Já elaboramos o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentado (PTDRS) e estamos aguardando o lançamento do programa para adequar as demandas à oferta”, afirmou a articuladora do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no território, Renata Rosa de Souza.

O investimento nacional é de R\$ 11,3 bilhões, que serão distribuídos entre os 60 territórios contemplados no programa. Ao Central será destinado um recurso de R\$ 124,8 milhões para ser aplicado nos três eixos do programa: Apoio às Atividades Produtivas, Cidadania e Acesso à Direitos e Qualificação da Infra-Estrutura.

Rondônia possui quatro territórios homologados no MDA: Central, Rio Machado, Madeira Mamoré e Vale do Jamari. O Central é integrado pelos municípios de Alvorada D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixeirópolis, Theobroma, Vale do Anari, Vale do Paraíso e Urupá.

Tais territórios fazem parte de uma política do Governo Federal implantada em 2003 e que apresenta o desenvolvimento territorial como um mecanismo de articulação, integração entre a sociedade civil, movimentos sociais e o poder público, para promover o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e reduzir as desigualdades regionais.

Os 60 territórios selecionados para a primeira fase do programa estão entre os que possuem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. Ao todo são 126 territórios e a previsão para 2009 é de que os outros 60 sejam contemplados.

Empregos na área rural - O Central concentra cerca de 30% dos empregos nos estabelecimentos rurais, especialmente na pequena produção familiar. Existem no território 27 projetos de colonização e assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com 7.076 famílias assentadas e 19.460 estabelecimentos rurais.

Sua área corresponde a 11,9% da área total do estado. A população está estimada em 331.747 habitantes, sendo 144.929 na zona rural, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O lançamento - O lançamento nacional do programa será acompanhado direto do Palácio do Planalto, em Brasília (DF), pelos participantes do colegiado de Ji-Paraná (dois representantes de cada município) em por meio de videoconferência.

O Territórios combina 135 ações nos três eixos, envolvendo a participação de 15 ministérios e seis mil obras previstas. Segundo a articuladora, no encontro os participantes (atores sociais que protagonizam o desenvolvimento do território) buscarão informações sobre toda a proposta e as premissas do programa, além de preparar o planejamento local de acordo com os três eixos de ação propostos.

Inflação de alimentos foi causada por choque de demanda, diz estudo - Cibelle Bouças
– Valor Econômico – Brasil - 22/02/2008

Um estudo realizado pelo Departamento de Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) aponta - pela primeira vez - que a forte inflação de alimentos apurada em 2007 foi provocada por um choque de demanda, e não apenas por problemas de oferta. O fenômeno foi observado em carne bovina (que subiu 22,15%), carne de frango (16,17%), ovos (26,05%), leite (19,79%), feijão carioca (144,4%), leite (19,79%). Foi superior a 70% a contribuição desses itens para o grupo alimentação e bebidas do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que variou 10,79%, acima da inflação geral, de 4,46%.

"A expansão de 7% na renda e o aumento dos postos de trabalho fez aumentar a demanda nas classes mais baixas, principalmente de produtos mais baratos, como leite, frango e feijão", afirma Benedito da Silva Ferreira, diretor do departamento de agronegócio

da Fiesp. Para ele, essa expansão de demanda em carne bovina e feijão não foi atendida pelo mercado, devido a problemas de produção, e por isso esses produtos tiveram valorização mais significativa de preços.

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostram que, em 2007, o consumo de alguns itens que compõem a cesta de inflação cresceu mais que ano anterior. É o caso da soja em grão, cujo consumo no país aumentou 9,1%, contra queda de 5,1% no ano anterior, milho (9,2% de alta, ante queda de 5,4% em 2006), farelo de soja 10,4%, contra 7,5% no ano anterior - os três itens compõem as cestas de inflação e são usados como insumos para a produção de rações para aves e suínos.

Um levantamento da consultoria Safras&Mercado revela que o consumo de carnes no país aumentou 3,8% em 2007, para 22,5 milhões de toneladas. O consumo de frango foi o que mais cresceu, 9,8%, passando de um consumo per capita/ano de 36,3 quilos para 38,2 quilos. O consumo per capita de carne suína passou de 12,2 quilos para 12,3 quilos por pessoa ao ano. E o consumo per capita de carne bovina caiu de 88,1 para 88,8 quilos, embora a demanda total tenha tido incremento 0,6%, para 16,2 milhões de toneladas.

"No geral, houve aumento da demanda, o que justifica a alta de preços, mas não se pode dizer que houve um choque. A demanda apenas cresceu", afirma Paulo Molinari, analista da Safras. Para este ano, ele prevê manutenção do consumo per capita de carne bovina e elevação de 3% em carne de frango, para 39,3 quilos per capita, e de 2% em carne suína, para 12,5 quilos.

Fábio Silveira, sócio da RC Consultores observa que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as vendas de hipermercados, supermercados e alimentos cresceu 6,8% em 2007, mesmo índice apresentado no ano anterior.

Já em receita nominal, segundo o IBGE, o aumento das vendas no foi de 13,2%, contra 6,7% no ano anterior. "O volume de vendas só não cresceu mais porque não havia produto disponível para atender à demanda", diz Antonio Carlos Costa, gerente do departamento do agronegócio da Fiesp. Ele observa que 75% da carne bovina produzida no país é destinada ao mercado interno. "Pressão de demanda influencia no preço, sim", reitera.

Para este ano, a expectativa é de que a relação entre oferta e demanda seja mais tranqüila, dadas as projeções de aumento na produção de alimentos superior à estimativa de incremento da demanda interna. "Se não houver quebra de safra, a situação será tranqüila", diz Costa. A RC prevê para as vendas de supermercados incremento de 6,5%, ante 6,8% em 2007.

Alimentação saudável se aprende na escola – Ediane Merola – O Globo – Rio – 24/02/2008

Alunos são incentivados a comer frutas e legumes por colégios que não oferecem mais doces em suas cantinas

Aprender sobre alimentação saudável ganhou um novo sabor nas escolas do Rio. A partir deste ano, algumas instituições vão incentivar a prática de hábitos saudáveis como, por exemplo, tomar o café da manhã diariamente e escolher legumes e verduras para compor suas refeições. Preocupados com o bem-estar dos estudantes, muitos colégios já

aboliram de suas cantinas, nos últimos anos, os alimentos doces, gordurosos e com excesso de sal. Iniciativas como estas são muito bem-vindas: de acordo com um estudo mundial publicado no “International Journal of Pediatric Obesity”, quase metade das crianças das Américas do Norte e do Sul estarão acima do peso em 2010. No Brasil, cerca de 30% das crianças já estão acima do peso e, entre 10% e 15%, estão obesas.

A partir de amanhã, os alunos dos ensinos fundamental e médio do Centro Educacional Anísio Teixeira (Ceat), em Santa Teresa, poderão fazer o desjejum na escola. A nutricionista Suzete Marcolan, que trabalha no colégio há 20 anos, elaborou o cardápio com quatro opções de café da manhã, ao constatar que 42% dos alunos da manhã saíam de casa sem se alimentar: — Muitos alunos dizem que enjoam na van, outros não sentem fome. Mas, se ele não toma o café, come besteiras durante o dia e isso pode levar ao sobrepeso.

Os kits do Ceat serão compostos por itens que já são vendidos na cantina, mas quem comprar o pacote terá desconto de 20%. Pão integral com queijo minas na chapa e suco de laranja custará R\$ 3,52. Mas terá opção de café com leite e pão na chapa por R\$ 1,36. As irmãs Camilla e Renata Castello Branco de Mello Bastos, que tomam café em casa, aprovaram a iniciativa: — É importante se alimentar bem — diz Camilla, de 14 anos.

Desde 2006, a portaria interministerial 1.010 estabelece as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas públicas e privadas do país. A portaria, dos ministérios da Saúde e da Educação, alerta sobre a necessidade de prevenção de doenças como diabetes, obesidade e hipertensão.

No Ceat, o tema já entrou para o currículo e é abordado em aulas de ciências.

Alunos são incentivados a levar frutas para a escola Na Escola Suíço-Brasileira, na Barra, uma vez por semana os alunos da educação infantil são convidados a levar diferentes tipos de frutas, trocadas durante a aula.

— Se a mãe compra caqui, talvez ele não coma em casa.

Mas se um colega oferece na escola, acaba provando — diz Everardo Candido da Silva, diretor administrativo-financeiro da Suíço-Brasileira.

Este ano, a cozinha do restaurante da escola da Barra está a cargo da Comissaria Rio, que fornece alimentação para vãos e, pela primeira vez, atua no ramo escolar.

— Alimentação escolar é diferente.

A criança está em formação, precisa aprender a comer frutas, legumes — diz a nutricionista Carla Santopietro, que atua na escola.

Alimentação escolar é um assunto tão específico que o Conselho Regional de Nutricionistas (CRN-4) criou nesta gestão uma Câmara Técnica só para tratar deste tema.

— Em 20 anos triplicou o percentual de crianças com excesso de peso. Nos últimos anos houve uma campanha grande pelas cantinas saudáveis, mas a família deve colaborar — diz Márcia Teixeira, conselheira do CRN-4, há 20 anos no Miraflores.

Desde 1991, a Lei estadual 1.942 proíbe o comércio de doces por ambulantes a uma distância mínima de 200 metros das escolas. De acordo com ela, cantinas e máquinas instaladas nos colégios não podem vender guloseimas. De acordo com o decreto 21.217, da prefeitura, as escolas municipais não podem confeccionar nem distribuir alimentos ricos em colesterol, sódio e corantes.

Consea discute prioridades para 2008 e instala comissão dos presidentes estaduais – Sítio Eletrônico do MDS – 25/02/2008

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realiza sua III Reunião Ordinária, nos dias 26 e 27 de fevereiro (terça e quarta-feira), no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). Participam dos dois dias de reunião, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias (secretário do Consea), o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, e o presidente do Consea, Renato Maluf, além dos conselheiros. Na quinta-feira (28), os trabalhos terão prosseguimento com a realização da I Reunião da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais.

Nesta terça-feira (26), das 10h às 18h, após a aprovação da Ata da II Plenária e de apresentação sobre a Agenda Social do Governo Federal, que será feita pela sub-chefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Mirian Belchior, os conselheiros debatem o Plano Plurianual 2008-2011, a destinação de recursos do orçamento de 2008 para as ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional, avaliam a execução orçamentária do ano passado e apresentam propostas dos Grupos de Trabalho. Pela manhã, o encontro será fechado para a imprensa.

Na manhã da quarta-feira (27), a plenária define a agenda de trabalho para 2008 e o sistema de funcionamento do Consea, como a criação de comissões permanentes para debater temas específicos. No período da tarde, acontece a reunião das comissões. A programação da plenária inclui ainda a exibição do documentário *Peraí, é nosso direito!*, produzido pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh), que aborda a luta das comunidades Sururu de Capote (Maceió-AL) e Vila Santo Afonso (Teresina-PI) pela realização de seus direitos fundamentais. A exibição ocorrerá em dois momentos: terça-feira (26), às 17h30 e quarta-feira (27), às 18h.

A I Reunião da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais, agendada para quinta-feira (28), marcará a instalação da Comissão, a escolha do coordenador e do presidente e a aprovação da pauta. Também se discutirá a elaboração e regulamentação das leis orgânicas, além de questões que envolvem segurança alimentar e nutricional e a articulação entre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e as políticas estaduais.**Adriana Scorza*

A oportunidade escondida - José Graziano – Valor Econômico – Opinião - 25/02/2008

A alta dos preços dos alimentos tornou-se parte indissociável da equação econômica mundial. Este ano, os chamados países de baixa renda e importadores de alimentos devem gastar até 35% a mais para comprar quase a mesma quantidade de produtos adquirida em 2007. A situação preocupa, mas é necessária uma avaliação cautelosa dos fatos para entender sua origem e agir sobre seus desdobramentos. O alarmismo pouco contribui para aquilo que é mais importante neste momento: evitar o agravamento da fome que encerrala a vida de mais de 850 milhões de pessoas no mundo.

Não existe explicação monocausal para a dinâmica em curso. Portanto, não há bala de prata para inverter a sua direção. Alterações climáticas cada vez mais extremas, por

exemplo, concorrem para a alta das cotações. Secas dramáticas atormentaram os produtores em 2007; um inverno rigoroso castiga a Ásia nesse momento.

A oferta agrícola, como sabemos, responde rápido aos estímulos do mercado. Todavia, há limites. Certa defasagem se mantém por conta de uma dinâmica de produção subordinada ainda, em boa parte, aos ciclos da natureza, o que dificulta ajustes automáticos à demanda corrente como faz a indústria. Ademais, o impacto cada vez maior das adversidades climáticas retira fatias de previsibilidade que o avanço científico adicionou à atividade rural no século XX, alargando assimetrias que já influenciam os estoques, com reflexos inevitáveis nas curvas de preços. O conjunto explica uma parte do progressivo desencontro entre a produção e o consumo nos últimos tempos.

Quase tão avassaladora quanto a fúria da natureza, porém, a especulação financeira preenche sua cota ao buscar o abrigo das commodities, que oferecem alta rentabilidade e baixo risco numa época de incertezas econômicas. Estamos, portanto, diante de uma dinâmica auto-propelida em que o ingrediente especulativo das finanças desreguladas contamina as cotações internacionais de alimentos, impossibilitando que o comércio mundial possa cumprir sua função de mitigar a alta dos preços pela válvula de escape das importações mais baratas.

Mas se a mão invisível encontra dificuldades nessa frente do mercado, não há dúvida que o aumento da demanda também contribuiu para alimentar a espiral ascendente das cotações agrícolas. Não só, e por certo não principalmente, por conta dos biocombustíveis. O fato verdadeiramente relevante na formação da demanda hoje é uma bem-vinda elevação dos padrões de nutrição entre populações mais pobres do planeta. Os que sempre foram excluídos agora estão comendo mais e melhor. Em especial, carne e leite, o que dispara uma alavanca adicional sobre os preços - produzir um quilo de proteína animal consome até oito quilos de cereais.

Estamos diante de uma dinâmica em que o ingrediente especulativo das finanças contamina as cotações de alimentos

Por tudo isso é necessário sangue-frio para analisar a complexidade embutida no avanço das cotações. Uma visão equilibrada identifica contrapartidas positivas que existem para além da neblina espessa feita de escassez, incertezas financeiras e precipitações neomalthusianas. Alguma serenidade amparada em perspectiva histórica constata, em primeiro lugar, que o atual ciclo de alta apenas interrompe uma queda contínua das cotações nas últimas décadas. Segundo a revista "The Economist", entre 1974 e 2004 os preços das commodities caíram 75%. Somente uma fatia disso foi recuperada até agora. O horizonte mais profundo reserva porém a informação mais valiosa: o aquecimento atual da demanda favorece a produção doméstica, abrindo mercados locais a milhões de pequenos produtores.

O desafio da FAO é chamar a atenção para esse atalho de oportunidade. Ele possibilita atender uma parte da demanda com o incremento da agricultura familiar, gerando efeitos multiplicadores no combate à pobreza e à fome dentro do próprio ambiente rural. Na América Latina, a pobreza extrema afeta quase 30% da população do campo. São mais de 36 milhões de pessoas para as quais a alta dos preços dos alimentos pode significar uma ameaça ou uma oportunidade. Para que a segunda hipótese prevaleça é necessário apoiar o pequeno produtor com crédito e capacitação, mas também apressar uma nova

família de políticas agrícolas que lhes assegurem fatias adicionais da demanda nos mercados locais.

Um exemplo são os programas institucionais de aquisição de alimentos de pequenos produtores voltados à merenda escolar e às populações vulneráveis das comunidades mais pobres. Esse é o caso da bem sucedida iniciativa brasileira do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Se aprovado o projeto de lei que estende a merenda ao ensino médio, mais de oito milhões de alunos vão deslocar o patamar dessa demanda ampliando o mercado potencial dos pequenos agricultores. Outras alternativas podem e estão sendo implantadas com o mesmo sentido. A produção do biodiesel em sistemas de parceria e cooperativas de pequenos produtores - que já inclui cerca de 100 mil agricultores familiares em diferentes regiões brasileiras - é um exemplo auspicioso de como os biocombustíveis, ao contrário do que muitas vezes se imagina, permite erguer pontes entre o equilíbrio ambiental e a segurança alimentar.

Há espaço para avanços até maiores. Um estudo conjunto realizado pela FAO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em seis países da América Latina e Caribe confirma o papel relevante da agricultura familiar na segurança alimentar e geração de renda no campo. O estudo mediu também o impacto da abertura comercial no setor.

Em muitos casos - não todos, como demonstra o mercado de leite no Brasil - os agricultores familiares admitem a concorrência externa. Ao que parece, seu maior problema não é a liberação dos mercados, mas a sua própria inserção neles. Isso não se garante com proteção genérica, e sim com políticas públicas que desloquem uma parte da demanda para a colheita dos pequenos. A reestruturação das políticas de desenvolvimento direcionadas à agricultura familiar é o passaporte que lhes falta. Nas últimas décadas muitos governos descuidaram da produção enfatizando um leque de iniciativas sociais no campo. Sem dúvida elas são importantes. Mas a intervenção estatal tem que se dar pelas duas vias: ajudar famílias vulneráveis a superar seus gargalos, mas, ao mesmo tempo, incentivá-las a produzir mais, expandir mercados e consolidar o espaço conquistado. ***José Graziano da Silva é representante regional da FAO para a América Latina e Caribe.**

Consea discute prioridades para 2008 e orçamento federal - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf-sul - 26 de fevereiro de 2008

Nesta terça-feira (26), em Brasília, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) debaterá o Plano Plurianual 2008-2011 e a destinação de recursos do orçamento de 2008 para as ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Os conselheiros também avaliarão a execução orçamentária do ano passado.

A Fetraf-Sul faz parte do Conselho e estará representada pelo coordenador geral da entidade, Altemir Tortelli. Participam o presidente do Consea, Renato S. Maluf, e o secretário, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Na quarta-feira (27), às 9 horas, a plenária definirá a agenda de trabalho para 2008 e o sistema de funcionamento do Consea, como a criação de comissões permanentes para debater temas específicos.

A programação da plenária inclui ainda a exibição do documentário "Peraí, é nosso direito!", produzido pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh).

Dirigido pelo cineasta Renato Barbieri, o vídeo aborda a luta de duas comunidades, Sururu de Capote (Maceió-AL) e Vila Santo Afonso (Teresina-PI), pela realização de seus direitos fundamentais.

Biocombustíveis não alimentarão os famintos – Sítio Eletrônico do MST – 26/02/2008

A alta dos preços dos alimentos significa que a desnutrição e a fome ameaçarão novamente muitos daqueles que estão nos degraus inferiores da economia mundial. Apesar da improbabilidade das recentes altas nos preços serem permanentes, os países produtores devem parar de desperdiçar comida subsidiando biocombustíveis e começar a dar ao Programa Mundial de Alimentos os recursos que necessita para distribuir calorias para aqueles que não têm como obtê-las por conta própria.

Os preços internacionais de mercado para trigo, milho, soja e dezenas de outros commodities dobraram ou triplicaram nos últimos anos. O resultado é pobreza - para milhões, um dobrar do preço dos alimentos significa privação - e aumento da desnutrição. As autoridades do Programa Mundial de Alimentos disseram ao "Financial Times" que a agência poderá ser obrigada a reduzir as rações de alimentos, ou até mesmo o número de pessoas que atende, a menos que os doadores forneçam mais dinheiro para arcar com os preços mais altos.

Alguns fatores que estão afetando os preços para os pobres do mundo são claramente temporários. Safras ruins nos Estados Unidos e na União Européia nos últimos anos, mais a seca na Austrália, reduziram os estoques de grãos. Também uma redução em particular dos óleos e grãos comercializados internacionalmente, à medida que produtores como a Rússia introduziram cotas de exportação visando controlar os preços domésticos. Finalmente, a alta das tarifas de transporte tornou os alimentos ainda mais caros para os países mais pobres, importadores, que precisam comprar mais.

Outros fatores sugerem uma mudança mais permanente. A produção de alimentos consome energia - para o maquinário, para o transporte e acima de tudo para a fabricação de fertilizante - e se os preços do petróleo permanecerem altos, isto terá um efeito duradouro sobre o alimento. Reduções aos subsídios para produção de alimento, principalmente na União Européia, também terão um efeito permanente sobre a oferta. Mas a maior mudança estrutural vem dos biocombustíveis. No espaço de poucos anos, os Estados Unidos desviaram cerca de 40 milhões de toneladas de milho para produção de bioetanol - cerca de 4% da produção global de grãos forrageiros. O rápido crescimento se deve em grande parte aos subsídios - que devem acabar. Os benefícios ambientais do biocombustível de milho são, na melhor hipótese, ambíguos e não devem ser colocados à frente da produção de milho como alimento.

Mas estas pressões fundamentais não devem ser causa de desespero. Há 20 anos havia alertas de que o crescimento econômico da China e da Índia, e, conseqüentemente, o aumento do consumo de calorias, levaria a uma escassez devastadora de alimentos. Até o momento, a China conseguiu atender a mudança da dieta de sua população para carne. Há sérios desafios para o aumento da produção de alimentos: limitação de terras disponíveis, degradação do solo e acesso à água entre eles. Mas não apenas novas tecnologias como modificação genética estão aumentando a produção, mas também o esforço para aumentar a produtividade em áreas como a ex-União Soviética, para alcançar o nível dos produtores mais produtivos.

Ao longo dos próximos anos, portanto, os preços deverão estabilizar à medida que aumentar a oferta e os estoques forem refeitos. Enquanto isso, os governos que estão subsidiando os biocombustíveis precisam ajudar a financiar o Programa Mundial de Alimentos. O mundo possui alimento suficiente para alimentar a todos - se houver vontade de fazê-lo.

Via Campesina realiza seminário sobre Alimento e Poder – Sítio eletrônico da CPT – 28/02/2008

Do dia 22 a 24 de fevereiro, cerca de 100 camponesas de 16 países participaram de um seminário sobre Alimento e Poder, organizado pela Via Campesina, na Áustria. No país, onde as propriedades rurais são relativamente pequenas, as mulheres normalmente são responsáveis por cuidar das fazendas, enquanto os homens trabalham nas cidades. Elas alegaram que o agronegócio não alimenta o mundo, e sim a agricultura familiar. Porém, são os poucos grandes proprietários de terra que controlam o poder da agricultura mundial. As participantes do seminário afirmaram ter orgulho de produzir alimentos para sua comunidade, cuidar da terra em que vivem e por conseguir implementar e compartilhar conhecimentos ligados à produção dos alimentos. Elas destacaram que não desejam um poder controlado por outras pessoas, querem poder decidir o que é melhor para suas próprias vidas. “Produzir nossa própria comida é o elemento-chave do seguinte modo: se nós somos capazes de produzir nossos alimentos, então somos ricos!”, afirmou uma das participantes.

Seminário sobre segurança alimentar em Brasília – Sítio Eletrônico do MDA – 28/02/2008

Nivelamento conceitual, debate e aprofundamento da temática da segurança alimentar e nutricional no contexto da assistência técnica e extensão rural entre as famílias agricultoras. Esses são os objetivos do seminário que será promovido pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) em parceria com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

O evento, marcado para o próximo dia 5 de março, será coordenado pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater/SAF/MDA) e vai reunir técnicos do MDA e dos parceiros em ações ligadas ao tema, como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), entre outros.

O tema da segurança alimentar e nutricional faz parte dos eixos que norteiam as políticas e os programas da SAF/MDA, assim como o combate à pobreza rural, a sustentabilidade dos sistemas de produção e a geração de renda e agregação de valor. De

acordo com números divulgados pela FAO, atualmente 850 milhões de pessoas passam fome no mundo, sendo que 820 milhões vivem em países em desenvolvimento.

Para o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Peraci, que será um dos palestrantes do seminário, é fundamental que todos os atores sociais trabalhem juntos para desenvolver estratégias apropriadas. “A grande virtude da agricultura familiar é a produção de alimentos. Essa afirmação é irreversível no imaginário da sociedade brasileira. Porém, é fundamental aprofundar o apoio contínuo a iniciativas dessa natureza”, avalia o secretário.

Também participam como palestrantes Renato Maluf, presidente do Consea, e Regina Miranda, nutricionista da Emater/RS e conselheira do Consea.

O seminário será realizado no Auditório Alberto Passos Guimarães, que fica no 22º andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento (Incra), em Brasília. A abertura está marcada para as 14h e o encerramento, para 18h

Soberania na produção de alimentos é riqueza das mulheres camponesas – Sítio Eletrônico do MST – 28/02/2008

Na Áustria, onde a agricultura é relativamente pequena, as mulheres são freqüentemente responsáveis pela produção, enquanto o homem trabalha fora. É assim na propriedade de Johanna. Ela tem aproximadamente 30 vacas leiteiras, alguns porcos e galinhas, principalmente para o consumo da família. Também tem uma horta.

A sua produção é orgânica, assim como 38% de todas as propriedades na região, o que é muito especial na Europa. A atividade de Johanna reflete a situação de milhões de mulheres no mundo, cuja principal atividade é garantir a subsistência da família e da comunidade.

Na verdade, muitas agricultoras observaram que quase sempre os homens estão envolvidos na produção agrícola quando esta se integra a “economia visível”, que traz dinheiro, integrada ao sistema de comércio, enquanto as mulheres participam da “economia invisível”, que é absolutamente essencial para a sobrevivência das pessoas, mas que não é nem economicamente viável nem socialmente reconhecida como tal.

A agricultura de “subsistência” alimenta o mundo, e não agricultura corporativa industrial. Mesmo assim, o poder está nas mãos do segundo grupo, na maioria das vezes liderado por homens. Essa contradição foi o centro de nossas discussões.

O poder está diretamente ligado ao controle sobre os meios de produção, principalmente a terra. Assim, muitas participantes sublinharam as dificuldades das mulheres em ter acesso aos recursos produtivos.

Por exemplo, na Nicarágua, somente 2% de toda a terra está em mãos de mulheres, o que leva a maior parte delas a depender de seus maridos para poder cultivar.

Em Burkina Faso, enquanto as mulheres são responsáveis pela maior parte do trabalho agrícola, ligado à produção de milho, elas não tem acesso a moedeiras e não recebem nenhuma receita pela venda.

Portanto, são totalmente dependentes do dinheiro que seus maridos decidem dar. No entanto, essa situação não ocorre somente nos países do sul. Na Europa também poucas agricultoras têm o status oficial de agricultora, apesar de fazer todo o trabalho na propriedade.

Por isso, elas só têm acesso a direitos sociais como esposa de um agricultor (principalmente para aposentadoria, seguro social etc), o que dificulta muito as coisas quando o casal se separa. Mesmo dentro das nossas organizações, se as mulheres não lutam por igualdade, não conseguem participar da tomada de decisões.

Economia de subsistência solapada

Não é somente a questão da luta por direitos em relação ao homem, mas também - e talvez principalmente -, a questão da luta para defender e fortalecer a economia de subsistência em relação a economia comercial.

No seminário sobre Alimento e Poder, organizado pela Via Campesina, na Áustria, entre 22 e 24 de fevereiro, cerca de 100 agricultoras de 16 países do mundo destacaram fortemente os ataques dos interesses corporativos pelo controle de recursos naturais (terra, água, sementes e conhecimento) e para evitar que os agricultores e agricultoras vivam da agricultura familiar sustentável.

Por exemplo, na Romênia, e na Galícia, a venda de produtos dos camponeses e camponesas nos mercados locais tem de cumprir com regras impossíveis de serem atingidas, após o seu ingresso na União Européia, o que tem impedido muitas mulheres de obter uma renda.

Em todas as partes do mundo, as empresas de sementes pressionam por novas leis que proíbam agricultores e agricultoras de usar as suas próprias sementes e, conseqüentemente, os tornam completamente dependentes da indústria.

A destruição da economia de subsistência está sendo feita também em nome do “conhecimento especializado”, que é mantido por cientistas que são mais ou menos dependentes dos interesses corporativos. Uma mulher austríaca nos descreveu a dificuldade em vender leite, porque as autoridades sanitárias austríacas estavam promovendo a idéia de que o leite cru é perigoso para a saúde.

Da mesma forma, muitas pequenas propriedades não podem mais abater animais, por causa de regras sanitárias. As mulheres são as primeiras vítimas deste “poder especializado”, que nega a sua capacidade de saber o que é bom ou mal e que proíbe que atuem fora da estrutura das corporações.

Diante desses obstáculos, todas as participantes enfatizaram que o poder que elas querem não é para controlar a vida das outras pessoas, mas, sim, para poder decidir sobre as suas próprias vidas. A produção de nossos próprios alimentos é, diante disso, um elemento chave. “Se podemos produzir nosso próprio alimento, então somos ricas!”, disse uma mulher.

As agricultoras compartilharam seu orgulho de produzir alimentos para a sua comunidade, cuidando da terra onde vivem e implementando e compartilhando conhecimentos ligados à produção e processamento de alimentos. Elas se comprometeram a lutarem juntas para poder continuar cultivando a terra e criando animais, pela igualdade com os homens e para deter o poder corporativo contra os nossos sistemas alimentares.

Estudo mostra que pragas de insetos crescem nas mudanças climáticas

As plantações do mundo todo podem ser afetadas pelo aumento dos ataques de insetos por causa do aquecimento global. O alerta é de um grupo de cientistas americanos que acaba de concluir uma extensa pesquisa sobre o que aconteceu na Terra durante o mais recente período de mudanças climáticas.

Os pesquisadores descobriram que o número de insetos que atacam plantações deve acompanhar o aumento dos níveis de CO₂ na atmosfera, justamente num momento em que a produção de alimentos terá que ser ampliada para atender às necessidades das três bilhões de pessoas a mais que estarão vivendo no planeta até o fim do século XXI.

Modelo utilizado foi de 55 milhões de anos

O estudo demonstra que durante um dos mais recentes episódios de aquecimento global da Terra, acontecido há 55 milhões de anos, houve um significativo aumento de danos às plantas infligidos por insetos.

Os cientistas acreditam que o aumento de 5 graus Celsius nas temperaturas globais durante aquele período causou um grande aumento da população de insetos e deixou impressionantes marcas nos fósseis de plantas pré-históricas.

O percentual de plantas que sofreu danos causados pelos insetos cresceu consideravelmente já que a procura por alimentos também aumentou naquela ocasião. Os mesmos efeitos podem acontecer num futuro próximo se for mantido o atual nível de crescimento das emissões de CO₂ na atmosfera — que até o final do século pode atingir o dobro das concentrações do gás registradas antes da Revolução Industrial.

Para a pesquisadora Ellen Currano, da Universidade Estadual da Pensilvânia, que conduziu o estudo, embora o aquecimento tomado como referência para o trabalho tenha ocorrido há milhões de anos, ele ainda representa a melhor analogia do que pode acontecer no futuro.

— Ao olhar para o passado, podemos ter uma boa noção de como os ecossistemas podem reagir a um aumento abrupto das temperaturas e à elevação dos níveis de CO₂.

Os cientistas acreditam que os insetos tiveram que comer mais porque as altas concentrações de CO₂ na atmosfera tornaram as plantas menos nutritivas pois elas passaram a conter concentrações menores de nitrogênio.

— Com mais CO₂ disponível para as plantas, a fotossíntese se torna mais fácil e elas podem obter a mesma quantidade de alimento sem ter que botar tantas proteínas em suas folhas — contou Ellen

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

